

Diversidade na formação docente

por Carlos Alexandre Rodrigues Pereira

Fui convidado por estudantes de licenciatura em química para participar da Seliq (Semana da Licenciatura em Química da UFRJ), que eles mesmos estavam organizando e que aconteceu em outubro de 2025. O evento tinha como tema “Química, Cultura e Diversidade: Por uma Educação Inclusiva e Transformadora” e eu fui convidado para falar sobre diversidade na formação docente. Para mim foi uma grande alegria receber esse convite e refletir sobre este tema que está no meu trabalho de uma forma muito direta, mas que falo muito pouco sobre ele. Busquei me preparar com afinco para esse encontro e os caminhos me levaram a materiais e estudos que eu considero muito significativos e importantes de circularem em um contexto mais amplo, alcançando mais pessoas para além das que estavam presentes no dia ou acompanhando de forma virtual (a sessão está disponível no canal Eureka no youtube - <https://www.youtube.com/watch?v=goPIy21tVxI&t=11155s>). Durante minha participação, nem tudo que eu pesquisei eu consegui abordar. Sendo assim, este texto traz a transcrição da minha participação no evento acrescida de mais alguns detalhes que ficaram de fora da apresentação. Espero, com isso, fomentar a reflexão sobre a diversidade como um pilar não só da formação docente, mas da organização dos espaços escolares, inclusive os espaços universitários.

A ideia, hoje, é a gente falar um pouco sobre diversidade na formação docente. Quando a gente fala sobre diversidade, eu gosto muito de lembrar de uma fala de Martina Davidson. Há um tempo atrás eu fiz um curso com ela sobre biologia contrassexual. E uma das coisas que eu aprendi com Martina é que **a variação é a realidade do mundo vivo** (1). E falar de diversidade não deixa de ser uma forma, também, da gente se referir e reafirmar o contraste, seja esse contraste a partir da diferença ou mesmo a partir da desigualdade (2).

(1) Curso “Por uma Biologia Contrassexual: transsexualidade, gênero e determinismos biológicos”, por Martina Davidson, 02 de abril de 2022, Casa Brava Espaço Cultural.

(2) Um autor que fala sobre identidade a partir do contraste, destacando que, neste sentido, diferença e desigualdade demarcam diferentes sentidos de contraste é Roberto Cortez, como no artigo “Mas, afinal, o que é identidade?” (1994).

Gosto de pensar a diversidade de uma forma bem ampla: racial, cultural, de território, de corpo, de credo, de religiosidade, de origem, de arte, de idade, de gênero e de qualquer outro atributo que sirva para a gente identificar essa pluralidade de formas e manifestações de nossos corpos, das nossas relações, dos nossos territórios e até mesmo das nossas instituições. Porque, como a gente está aqui dentro da universidade, a gente não deixa de estar em uma instituição ou falando de processos que são institucionalizados.

Então, vamos pensar isso: que a realidade da vida é a variação, e pensar nisso como a base das ciências biológicas e, talvez, estender isso para outras manifestações, outros ramos da ciência. Parece óbvio, parece basal, mas falar de diversidade ainda é um desafio muito grande. É uma das coisas que eu gostaria de conversar com vocês é sobre porque ainda hoje parece, em alguns momentos, tão constrangedor para algumas pessoas, ou tão problemático, a gente falar em diversidade. Para abordar isso, vamos ter que abordar valores, restrições, interdições e validações que fazem parte dos acordos sociais e que aparecem nos processos de constituição da nossa psique e identidade, uma vez que demarcam fronteiras entre as ideias do que é certo/errado, normal/patológico, moral/amoral, lícito/ilícito; demarcam a definição da norma. Por isso, muitas das coisas que a gente vai falar aqui tem a ver com ciências da mente. Então eu vou falar de algumas coisas que eu aprendi ouvindo psicólogos, psicoterapeutas e profissionais de saúde que também estão abordando identidade, também estão abordando diversidade. Eu acho que eles têm falado de coisas interessantes que podem ser úteis para essa conversa que a gente quer fazer aqui, nos referindo à formação docente.

Teve um evento no IPUB, que é o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, que participaram alguns professores que são da psicanálise, principalmente da escola Lacaniana, como as professoras Ana Laura Prates e Andréa Guerra, por exemplo. Esse evento foi o Colóquio Diversidade, Identidade e Singularidade (de Paris ao Rio de Janeiro) (3). E o trabalho da Andréa Guerra fala muito sobre a colonialidade do inconsciente e, também, da branquitude como resposta colonial inconsciente ao pacto que a modernidade fez sobre um ideal universal de humanidade, como se existisse uma forma única e ideal de nos constituirmos como humanos e, a partir disso, construirmos as nossas relações. Ela diz o seguinte, que é justamente esse pacto que é feito na modernidade sobre esse ideal de humanidade, que se pressupõe inclusive universal, que vai se tornar um espelho hegemônico, portanto não único, mas hegemônico, daquela humanidade que é idealizada, desejada, esperada. E todas as outras manifestações que vão fugir desse padrão vão trazer a marca do outro, do diferente. Também a partir desse ideal de humanidade, as pessoas vão passar a ser observadas, vigiadas, classificadas, validadas ou interditadas. Vão ser legitimadas ou subalternizadas e vão ser, também, hierarquizadas.

Isso a psicanálise tem falado. Temos, ainda, o pensamento da Ana Laura Prates, que abordou algo específico à universidade. Ela disse que a universidade (do Ocidente) é sincrônica ao surgimento da família burguesa que tem um ideal depositário na educação. E esse ideal é

(3) Palestras disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=KjEjlx4pX_A

reflexo de um processo mais amplo de organização das sociedades do Ocidente (o pacto abordado por Andréa Guerra que vai dar forma ao que aqui eu chamo de matrizes civilizatórias).

E aí a gente vai cair nesse conceito que vai ser muito importante da gente entender muito bem, pra gente fazer essa conversa sobre diversidade, que é o conceito de matriz civilizatória. Porque nesse sentido de pensar a diversidade de uma forma bem ampla, pensando em corpo, cor da pele, raça, etnia, cultura, credo, religião, território, cultura, arte, idade e outros mais, a gente também pode pensar a diversidade a partir dessa ideia de matriz civilizatória. E o que seria matriz civilizatória? É todo o conjunto de símbolos, de valores, de acordos, de formas acordadas e pré-estabelecidas que vão orientar os modos de ser, de viver e de agir das pessoas em sociedade. Por mais que a gente fale a partir dessa ideia de identidade, buscando muito esse sentido também da expressão livre, da autenticidade, não dá para negar que, enquanto membros de uma sociedade, a gente vai ter que falar de valores que são observados em nós, que vêm também desses pactos, desses acordos, que fazem com que o outro que nos observa nos entenda como parte, como pertencente.

Esse conjunto de ideias que são buscadas, ainda que seja de forma inconsciente, para entender a gente como parte, revela aquilo que dá forma às matrizes civilizatórias. Então, quando a gente pensa em nós aqui, num contexto urbano, do sul global, de uma república democrática, capitalista, a gente vai estar falando, principalmente, que a nossa sociedade se organiza a partir de uma matriz civilizatória ou de matrizes civilizatórias que têm como raiz, como espelho, modos de vida e de pensar que são inspirados em valores, tecnologias e ciências primeiro europeus e depois, como um contínuo de um processo de colonialidade, também estadunidense. Então, a gente pode dizer que, por mais variada que seja a nossa cultura, a base civilizatória da nossa sociedade vem de uma matriz euroestadunidense.

Isso é um problema? Não sei. Eu acho que se torna problema no momento em que se pressupõe que esse é o único modo, a única possibilidade civilizatória possível para nós. Como se fora desse contexto não houvesse possibilidade de se construir enquanto humanidade. A partir do momento que essa norma se torna compulsória, e junto com essa norma a gente observa o exercício de um poder, inclusive regulatório sobre os nossos corpos, aí eu entendo que sim, isso passa a ser um problema. Problema que pode estar relacionado justamente com esse constrangimento que surge em algumas pessoas quando a gente toca nesse assunto da diversidade em suas múltiplas expressões, como se o assunto fosse meio que uma ferida.

E aí eu gostaria de resgatar uma fala que, inclusive, é da professora Andréa Guerra. Ela trabalha, nesses estudos de colonialidade do inconsciente, com a ideia de cripta (4), embora seja um conceito disjunto da psicanálise lacaniana, que vem da abordagem de Nicolas Abraham e Maria Török. Podemos nos referir a cripta como a ideia daquilo que envolve e guarda alguns conceitos e pensamentos cristalizados. Andréa, ao abordar a cripta, cita Silvia Rivera Cusicanqui, indígena Aymara: “As palavras, no horizonte dos países pós-colonizados, perdem sua capacidade de representação, de conexão entre o público e o privado, explodindo pulsionalmente em violentos levantes quando atingidas ou mobilizadas”.

A partir disso, Andrea diz que: “Portanto, quando a cripta é tocada, algo explode”.

Toda vez que a gente toca nessa cripta, algo acontece; é como se alguma coisa explodisse. O que pode estar em jogo nesse momento, o que pode explodir? E eu acredito que, dentre outras coisas, essa cripta guarda os acordos que contém o pacto colonial da branquitude, uma vez que, segundo o psicólogo e professor Na'im Akbar (5), o próprio sentimento de estabilidade e de hegemonia dessa matriz euroestadunidense que está reproduzindo os modos de ser e de estar no mundo depende da reprodução e validação dessa ilusão de desenvolvimento, soberania e civilidade ocidentais. Essa matriz euroestadunidense a gente sabe que é marcada pela branquitude. E não estamos nos referindo necessariamente à cultura de pessoas brancas. Quando a gente critica a branquitude, não é uma crítica que a gente faz às pessoas brancas ou aos seus processos de construção de corpo, racialização, cuidado da ancestralidade e de pertencimento. Não. É uma crítica que a gente faz quando modos de vida que vêm de sociedades brancas se tornam norma compulsória. O nosso problema é quando isso é normatizado e é atribuído a nós de uma forma muito compulsória, como se fosse o único caminho possível para nós. Então, quando a gente faz uma crítica à branquitude, a gente está fazendo uma crítica a essa compulsoriedade da reprodução desses modos de vida, que tem seus modos próprios de alocação de poder, que é racializado e genderizado.

Então, acredito que existe esse constrangimento (quando abordamos diversidade) porque o propósito da diversidade vai ser colocar em evidência essas diferenças que nos tornam plurais. E essa mesma diferença que a hegemonia considera como outro, e a partir do momento que me classifica como outro, ela pode me subalternizar, será o lugar que eu vou habitar, como possibilidade de existência para mim, para o meu corpo. Então, é a ressignificação dessa diferença enquanto atributo da diversidade. Falar de diversidade é desafiar, então, essa norma e a lógica estabelecida por ela. E a gente sabe que essa norma está a serviço de uma lógica colonizadora, é um processo de colonização. Então, acredito que, também por isso, seja muito difícil para algumas pessoas, e até mesmo constrangedor, falar de diversidade, porque envolve o que está na cripta, e todas as vezes que a tocamos, algo explode, porque todas as vezes que falamos de diversidade, na verdade, nós estamos desafiando a norma. A cripta pode ser colocada a serviço da norma.

(4) Nas palavras de Ana Rosa Chait Trachtenberg, cripta “é o resultado de uma defesa extremada naqueles sujeitos traumatizados ou impossibilitados de processar lutos. São os sujeitos criptóforos, que fazendo uso da desmentida e da cisão do ego, juntamente com a repressão conservadora (que se diferencia da repressão dinâmica, que é pulsional), mantêm intactos, conservados e longe da consciência e dos afetos aqueles acontecidos dolorosos e potencialmente desorganizadores do psiquismo. (...) A cripta é, portanto, uma potente defesa que pretende ser, em si mesma, de alta eficácia. E talvez o seja para o sujeito portador dela. Entretanto, essa história poderá ter muitos desdobramentos e não finalizar nessa geração. (...) Ao se referir às ressonâncias do trauma não elaborado em uma dada geração, Abraham e Torok (1995) enfatizam que nada pode ser abolido completamente; algo aparecerá em gerações seguintes, como enigma ou como algo impensado”. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000200006

(5) A palestra completa de Na'im Akbar “The new black mind” está disponível com opção de tradução automática de legenda para o português em: <https://www.youtube.com/watch?v=4kvY6yUYVk4>

E essa norma favorece quem? A gente tem que pensar, quando a gente fala de hegemonia, de que pessoa a gente está falando. Gosto muito de uma fala da professora Aza Njeri, com quem aprendi que as sociedades modernas do Ocidente, elas são organizadas em função de e a partir de uma figura simbólica, que é chamada de “o senhor do ocidente” (6). E esse senhor do ocidente, para o qual tudo dessa sociedade está mobilizado para garantir a sua estabilidade e permanência, tem algumas características: ele é homem, homem cis hétero normativo, endossexual (7), ele é branco, ele é magro, ele não tem deficiência, ele fala inglês, ele é da matriz judaico-cristã, ele é herdeiro. Esqueci de alguma característica principal? Aí a gente pode pensar nos principais eixos de opressão aos quais nós estamos sujeitos. Por quê? As características que eu observo no meu corpo e no meu modo de vida, que me afastam dessa figura do senhor do ocidente, muito provavelmente vão me colocar politicamente em evidência como uma realidade, um corpo, uma vida passível de ser subalternizada.

Por que subalternizada? Aí eu vou me referir a fala de uma psicanalista que eu gosto muito, que é a Isildinha Nogueira, uma psicanalista negra que fala de possibilidades de construção do eu para pessoas negras. E ela vai dizer que, quando a gente fala de identidade, a gente está se referindo a processos que sempre são relacionais e eles sempre vêm em pares, que são hierarquizados. Então, envolve supremacismo e subalternização, a partir de uma lógica de exercício de poder. Então, se o poder, a supremacia é dada, é validada por e para essa figura do senhor do ocidente, que é identificado a partir dos seus atributos (os quais citamos logo acima), todas as pessoas que fogem dessas características estão sujeitas a algum contexto de vida marcado por algum aspecto de subalternização. Quando falamos isso, estamos situados no contexto de matrizes civilizatórias do ocidente. Não quer dizer que em outras matrizes civilizatórias seja da mesma forma, ou no mesmo sentido, ou na mesma intensidade.

Então, a ideia, hoje, também é conversar com vocês um pouco sobre diversidade a partir da abordagem de outras matrizes civilizatórias, justamente para a gente tentar perceber que, talvez, o que é estabelecido no ocidente não precise ser tão compulsório assim, porque por essas outras experiências de construção de mundo e de sociedade que a gente já conheceu e ainda conhece, a gente pode se inspirar a pensar outros mundos possíveis para nós, principalmente nós que carregamos essas marcas de subalternização nesse contexto de sociedades urbanas capitalistas do nosso tempo.

E dá para a gente falar de matrizes civilizatórias partindo de muitos assuntos e eu tenho um interesse muito grande de conversar com vocês sobre matrizes a partir da ideia que a gente tem de escola e de universidade.

(6) Aza Njeri utiliza o conceito de senhor do ocidente, citado por Aníbal Quijano (2005), para “designar a branquitude dominante que usufrui das benesses da máquina ocidental, sendo seu proprietário direto” (Njeri e Gaulês, 2023, disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/e0a0/522f2ed85cfefb38c6641e4b740824bbc634.pdf>)

(7) Endossexual é quem se enquadra na ideia de sexo típico (masculino/feminino), ou seja, não possui nenhuma das características marcadoras de intersexualidade (aqui entendida em seu espectro de diversidade, que não se limita ao que ficou conhecido no ocidente como hermafroditismo).

Até porque a gente tem uma tendência, quando a gente pensa na constituição dessa instituição escola/universidade, de atribuir a sua criação ao ocidente. Inclusive, quando a gente pensa em comunidades tradicionais e em povos originários, seja comunidades indígenas, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, por exemplo, entre outras denominações, talvez a gente recaia naquele pensamento que o modelo de escola e universidade que conhecemos não é compatível com elas, não é próprio dessas comunidades. Então, seria sempre uma intervenção (missão) do ocidente levar processos de escolarização a essas comunidades.

Mas antes de falar, apropriadamente, de universidades e escolas na perspectiva dessas outras matrizes, eu gostaria de ressaltar que, por mais que a gente defenda a universidade como um lugar de pluralidade de ideias (onde é possível a gente fazer essa autocrítica e, talvez, por isso, seja possível que eu esteja aqui fazendo essa crítica profunda a esta instituição que eu também faço parte), há críticas, muitas das vezes, relacionadas a objetivos que, mesmo que tentem se fazer implícitos, eles se tornam muito explícitos no que se refere aos propósitos de uma educação que é muito voltada à instrumentalização, às atribuições que serão necessárias no exercício pleno das profissões nas quais vocês estão se formando, muito orientadas pelos valores atuais do mercado e do sistema econômico capitalista. Tem um documentário que eu gosto muito, que chama “A Educação Proibida” (8) que vai criticar muito a perspectiva dessa educação bancária, porque em vez de avançar no sentido de tentar desenvolver ao máximo as capacidades inatas das pessoas, vai transformar as pessoas em seres que cumprem muito bem funções e que cumprem muito bem ordens e determinações, ou seja, é o ser humano docilizado, para que seja facilmente manipulado e controlado.

Então, quando a gente pensa na instituição escola/universidade, no contexto do ocidente, também estamos sujeitos a essa crítica. Mas aí, eu gosto sempre de trazer essa informação, talvez isso possa ser até uma pergunta. Pra vocês, qual é a universidade mais antiga que o mundo já conheceu? Já pararam pra pensar nisso? Ou, pelo menos, qual é a maior universidade que o mundo já conheceu? Difícil pensar nisso, né? Mas talvez a gente esteja pensando em algum lugar ali dentro do contexto da Europa, né? Não é verdade? Dentro das pesquisas que não são exclusivas à história e à antropologia, defende-se que a maior universidade que o mundo já conheceu é *Karnak* (9), que fica na região que, comumente, a gente chama de Antigo Egito, mas que no nome original se refere à sociedade de *Kemet*.

(8) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OTerSwwxR9Y&t=1s>

(9) Nas palavras de Itibari M. Zulu (2012), *Senior Editor do The Journal of Pan African Studies* (tradução nossa): “cada santuário possuía sua biblioteca e escola, ‘a Casa da Tábuas’ ou ‘a Casa do Selo’, onde os arquivos do templo e os textos litúrgicos eram preservados... (Thompson, 1940, 1). As bibliotecas de Kemet não eram apenas locais de arquivos, palavras sagradas, fabricação de papiro, e similares, mas também centros de aprendizado, que combinavam as funções de suas bibliotecas e templos em universidades. Assim, Kemet tornou-se uma terra de templos, bibliotecas e universidades. Como resultado, o ‘templo-biblioteca-universidade’ tornou-se o centro principal da antiga atividade intelectual e espiritual kemética. A evidência dessa relação entre biblioteca e universidade-templo foi explorada na literatura recente sobre Kemet por Asa Hilliard, que relata que em Wa-Set/Wo-Se (Tebas/Luxor) ‘...dois gigantescos templos (Ipet do Sul; Ipet Isut, o maior templo dos tempos antigos)

Kemet é o nome que se dava à sociedade que, há cerca de pelo menos 5 mil anos antes do nosso tempo, habitava aquela região que hoje a gente chama de Egito. Então, acredita-se que em *Kemet* está a maior universidade que o mundo já conheceu, que é *Karnak* (*Ipet Isut*), que foi fundada há, pelo menos, pouco mais de 4 mil anos antes do nosso tempo. Não é a mais antiga, porque acreditamos que as mais antigas estejam em *Napata* (10) e *Kerma*, que são regiões do Império *Kushita*, mas também da antiguidade, anteriores a esse período de fundação de *Karnak*.

Mas, por que eu estou falando isso? Porque, talvez, a crítica que a gente tem que fazer não é de fato à instituição em si, porque com a instituição nós já convivemos há muito tempo, ela é própria de povos originários do continente africano. O processo educacional, desenvolvido nesses espaços, não é desconhecido para nós.

Karnak era um grande complexo templo-biblioteca-universidade onde as pessoas iam aprender as ciências. O ensino (*sebayt*):

ocupava toda a dimensão social no Egito Antigo, no entanto, é preciso considerar que, havendo uma forte marcação de classes, o ensino era diferente dependendo dos grupos. Os ensinamentos aconteciam, sobretudo, na “casa dos escritos”, ou seja, nas bibliotecas ou na *per ānkh* (casa da vida). Essas eram centros de cultura e de ensinamento que,

(9, continuação) ... continham os sistemas educacionais mais desenvolvidos registrados desde os tempos antigos.’ (Hilliard, 1985, 156).

Ivan Van Sertima nos diz que o antigo sistema universitário-templo kemético tinha uma ‘...enorme biblioteca dividida em cinco departamentos principais: astronomia e astrologia; geografia; geologia; filosofia e teologia; direito e comunicação...’ com um corpo docente de elite de sacerdotes-professores chamados ‘mestres de Mistérios’ que, ‘...em certo momento, atendiam a cerca de 80.000 alunos (da Universidade *Ipet Isut*) em todos os níveis de ensino’ (Van Sertima, 1985, 19). Além disso, o arranjo de biblioteca-universidade-templo do antigo *Kemet* era comum. ‘Todo templo importante no antigo Egito era equipado com uma extensa biblioteca de livros’ (Hurry, 1978, 112), e ‘...todo templo tinha sua biblioteca e escola’ (Schullian, 1990, 310)”. Disponível em: <https://www.jpanafrican.org/edocs/e-DocAKRLIS.pdf>.

Nas palavras de Kingsley Taabu (2020), tradução nossa: a educação nessas duas civilizações [*Kemet* e *Kush*] era realmente avançada. Primeiro, o bebê ficava com os pais até os 7 anos. Os pais ensinavam os princípios morais básicos e tudo mais. Depois, eles eram expostos a um currículo escolar que durava 40 anos. Disponível em: <https://httpstaabu.home.blog/2020/11/05/kemet-and-kush-education-and-technology/>.

(10) Sobre *Napata* (uma das regiões do território chamado de Núbia), não há muito consenso sobre sua história e fundação. Em algumas literaturas, vai aparecer que ela foi fundada na Núbia após a sua ocupação pelos egípcios (*Kemetyu*), o que aconteceu durante o Novo Império (*História Geral da África II*). Outras literaturas vão abordar que a história da ocupação de *Napata* pode remeter a cerca de quase 40 mil anos (*Coletyva Pyndorama*). Outros vão lembrar que “Evidências arqueológicas confirmaram que a Núbia era habitada há pelo menos 70.000 anos e que uma cultura sedentária surgiu por volta de 8.000 a.C. No 5º milênio a.C., os povos que habitavam o que hoje é chamado de Núbia participaram da chamada revolução neolítica. No período subsequente, a Núbia abrigou os reinos de *Kerma* e *Kush*, mantendo fortes laços com o Egito (Sparavigna, 2010: *Merowe Dam and the inundation of paleochannels of the Nile*).

possuidoras de um valor social, eram motivos de respeito e admiração pela sociedade egípcia. Nas *per ānkh*, a formação se dava de diversas maneiras, desde a prática oral, pelo debate ou pela prática mnemônica (11), pelos textos escritos (livros, rolos de papiros) ou pela prática de escrever. Desta maneira, os pensamentos, os saberes, eram transmitidos e ensinados pelos escribas, pelos funcionários, quase sempre de pais para filhos, mas também pelos príncipes, pelos sacerdotes, pelo *vizir*. Dentre esses mestres e filósofos, gostaríamos de destacar Ptah-hotep, Amenemope, Kares, Mênfis, Hergedef, Khety, Nefeferty, Khakheperra-seneb, Imoteph entre outros. Esses ensinamentos possuíam “um caráter universal”, voltados para a formação do homem político *homopolítico*. No entanto, cabe lembrar que essa formação possuía uma marca profundamente ética. Assim, a transmissão dos conhecimentos possuía, como direção, o espírito ou o coração do aprendiz, do discípulo ou do aluno, visando, sobretudo, o controle de suas paixões (Moares, 2019, p.62) (12).

E aí é um outro assunto importante que eu gostaria de pensar: a forma da ciência e da tecnologia a partir de outras matrizes civilizatórias, porque quando a gente fala do que estava sendo reproduzido nessas universidades, não estamos falando dos processos de ensino e aprendizagem que conhecemos aqui. Isso eu digo não só com relação à *Kemet*, a gente poderia citar, na região do *Kongo*, a *Kikimba* (13), que também era uma escola tradicional, que é entendida, inclusive, como escola iniciática. E toda vez que a gente fala esse nome, iniciática, parece que a gente está falando de religião ou de algo místico ou esotérico. Mas não, toda vez que a gente fala iniciático, a gente tá falando da ritualização dos processos de mudança corporal. Porque nessas filosofias, o corpo não está dado, ele é construído ao longo da vida. E pra que ele seja construído de forma que você, ao chegar na sua fase adulta, possa explorar a sua máxima potência, é preciso que você tenha alguns cuidados específicos e que alguns momentos da sua vida sejam ritualizados. O seu nascimento; a mudança da puberdade, quando você entra na fase adulta, ou pelo menos na idade reprodutiva; as uniões maritais; a concepção/gestação; são alguns exemplos. Então, são momentos que demarcam a necessidade de você passar por processos ritualizados que vão demarcar aquela mudança corporal e que trazem muito simbolismo de morte. Por quê? Porque aquela pessoa que você era antes do ritual não existe mais. Você vai renascer na sociedade como uma outra pessoa, com um outro corpo.

(11) Mnemônica se refere a técnica para desenvolver a memória, facilitando a memorização das coisas.

(12) Moraes, Marcelo José Derzi. Filosofia e Educação no Egito Antigo. In: Antonio Brancaglioni Jr., Cintia Gama-Rolland, Gisela Chapot., (orgs.). Semna – Estudos de Egiptologia VI, 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Klínê, 2019. Disponível em: <https://seshat.museunacional.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/12/Segunda-Edi%C3%A7%C3%A3o-Estudos-de-Egiptologia-VI.pdf> Acesso em: 04 nov. 2025.

(13) *Kikimba* é o nome dado à escola iniciática do *Kongo*, onde atuam os *Bakhimba* (professores) e se adquire *Khimba* (conhecimento). Eles acreditam que o pensamento se forma no baixo ventre e sobe até a boca, o que é demonstrado pelo provérbio: “o que digo vem de baixo do umbigo e busca saída acima dele” (*Bantu Studies*, 2025).

Esse é, por exemplo, o simbolismo do *Kuarup* entre comunidades indígenas do Xingu — não só na morte-óbito, mas com relação a todas as mudanças corporais: morremos todas as noites e renascemos outras pessoas ao despertarmos, inclusive.

Comunidades indígenas aqui no Brasil também consideram que os corpos são formados por meio de processos ritualizados ao longo da vida, como no caso do *Wira'ò Haw* (festa da menina moça) e do *Kukumu Hà'ágáw* (festa dos rapazes), rituais realizados entre os indígenas Guajajara para demarcar a passagem pela puberdade, por exemplo. O recolhimento pelo qual esses indivíduos passam serve para demarcar a condição necessária para “troca de corpo”, o que só ocorre afastado do convívio da aldeia e com cuidados específicos de alimentação, medicina, rezos e encantamentos.

Então, essas escolas, como as *per ānkh*, *kikimba*, entre outras denominações, elas estavam preocupadas com esses processos de formação de corpo. Por quê? Porque quando se fala em ciência (aí eu vou voltar ao *Kemet*), quando a gente fala da ciência kemética, vai ser muito difícil a gente separar em áreas de conhecimento como química, psicologia, astrologia, agronomia, agricultura, porque todas elas têm a mesma função, o mesmo propósito, que é servir ao desenvolvimento máximo da potencialidade humana. Tanto é que a maior parte do conhecimento desenvolvido em *Kemet* está dentro do que ficou conhecido como “ciências da mente”. E a palavra por eles utilizada para se referir à mente (14) é a mesma palavra utilizada para se referir à alma. Então, para eles, a base da ciência deles era o estudo da mente e, portanto, o estudo da alma. Por quê? Porque eles não viam sentido num conhecimento que não estivesse a serviço de você, enquanto pessoa, chegar na condição de poder experimentar a sua máxima potência, a sua maturidade enquanto pessoa, sua completude.

E aí a gente vai encontrar uma coisa que é muito interessante, que talvez a gente possa pensar no contexto de vocês, que estão estudando Química, principalmente. Se todo o conhecimento está a serviço das pessoas desenvolverem a sua máxima potência, então não tem como falar de química sem se referir ao desenvolvimento humano ou de seu propósito de sociedade. Eles (os kemetyu) foram pessoas que se desenvolveram muito com relação aos estudos de química. Não só no sentido da manipulação dos elementos, mas também na produção de remédios. Você já deve ter tomado aspirina, né? Um dos principais princípios ativos é o ácido salicílico. O ácido salicílico é uma tecnologia desenvolvida em *Kemet*, a partir de uma planta que se chama Salgueiro Chorão. Então, eles tinham esse conhecimento que nós somos tributários até hoje.

(14) Durante palestra de Na'im Akbar no evento “*The Nile Valley Conference*” (A Conferência do Vale do Nilo), de 1985, (disponível na plataforma BlackFlix), é citado o trabalho de Gerald Massey em “Um livro dos começos” [*A book of the beginnings*], onde, segundo Na'im, se afirma que a palavra psique, na verdade, é derivada do egípcio *KHE* (alma) e *SU* (ela). Daí a natureza feminina da mente, presente, inclusive, na palavra grega *Suki*, que significa psique (“não só o estudo da mente humana foi transmitido no seu contexto moderno pela Grécia, que o roubou da África, mas até a palavra usada para a busca desse estudo é baseada em sua origem africana” disse Na'im). Sem o “p”, a palavra egípcia *Saku* significa a compreensão, o iluminador, o Eu e a alma do ser, aquilo que inspira.

Mas pra eles não fazia sentido pensar um conhecimento em química que não estivesse ligado ao propósito de desenvolvimento humano. E, para abordar isso, vou recorrer novamente à palestra do professor Na'im Akbar (15): Com relação à química, eles vão abordar muito a alquimia, porque a alquimia falava justamente nessa conexão entre a transformação dos processos e minerais na natureza com o potencial transformador da psique humana. Eles vão dar muita atenção a essa questão, encontrando elementos nessa ciência da mente para que a gente encontre a nossa máxima potência. O problema da Alquimia é que, quando os europeus têm acesso a esse conhecimento, eles vão deturpá-lo e utilizá-lo para propósitos materialistas.

Da mesma forma, para eles, não tem como falar de matemática sem se referir ao desenvolvimento humano ou de seu propósito de sociedade. E aí o que ligaria o desenvolvimento da matemática com o desenvolvimento humano? A numerologia. O que a numerologia vai fazer? vai estabelecer formas e padrões numéricos que vão explicar o processo de desenvolvimento humano, relacionando a quantificação simbólica ao aprimoramento humano.

Ou, ainda, quando a gente pensa, por exemplo, na arquitetura, na agricultura, no calendário, porque todos esses conhecimentos vão surgir a partir da observação dos astros, da astronomia. E o que ligava isso aos processos de desenvolvimento humano? Os conhecimentos de astrologia. Porque, a partir da astrologia, vamos abordar a relação entre o processo humano e o processo dos astros, reconhecendo que eles estão intimamente ligados e inseparáveis. É tanto que eles consideravam que desenvolvimento humano e astral eram vivos e relacionados. Inclusive, a evolução da mente se relacionava com a evolução dos astros, por meio do tempo (Na'im Akbar, 1985). Eles eram uma sociedade que se dedicava muito ao estudo do tempo, porque o tempo também se referia ao movimento dos astros. Só que quando o ocidente chega nessa cultura e vai se apropriar (16) desse legado de ciência e tecnologia, o ocidente vai chegar lá e vai interpretar como misticismo, vai interpretar como superstição os conhecimentos ligados a numerologia, alquimia, astrologia e não só isso, há vários outros conhecimentos também. Isso tudo não sou eu que estou dizendo, isso é dito desde a década de 80. Existe o registro de uma conferência que foi realizada nos Estados Unidos, que se chama Conferência do Vale do Nilo. E um dos participantes foi um professor psicólogo, que é o Na'im Akbar. Ele que falou todas essas coisas que eu estou falando aqui.

(15) palestra de Na'im Akbar no evento "*The Nile Valley Conference*" (A Conferência do Vale do Nilo), de 1985, (disponível na plataforma BlackFlix).

(16) Sobre este tema, sugerimos o livro "O Legado Roubado", escrito pelo professor George G. James, que já tem tradução em português. Esse livro aborda justamente o processo histórico de apropriação e deturpação, pelas sociedades gregas e mais tarde também pelas romanas, de tecnologias e de conhecimentos científicos produzidos no complexo *Kush-Kemet*; conhecimentos sobre os quais essas sociedades construíram suas próprias matrizes civilizatórias que, mais tarde, servirão de base pra construção das sociedades ocidentais modernas e contemporâneas.

E ele critica, também, as bases de pensamento que vão dar forma à ciência do Ocidente. E, para ele, a ciência do Ocidente vai ser formada a partir de uma perspectiva muito estreita, por causa, dentre outros fatores: da ideia de que a objetividade é a virtude da ciência, subalternizado qualquer forma de consciência intuitiva, subjetiva de si mesmo; da ideia de que a quantificação é única medida aceita da realidade e, assim, o que não pode ser contado não seria real — a inteligência só existe se você puder quantificá-la; do entendimento de que o mundo material é essencial, assim a essência do homem é material e o que você é fisicamente define você como ser humano; a ideia de que o cérebro equivale à mente; a ideia de que somos seres individuais isolados e que isso é o limite, o que invalida qualquer forma de mentalidade que une as pessoas transcendendo sua individualidade (algo que é típico nas ciências africanas); a ideia de que a morte do corpo é a morte da mente. Essas são algumas das bases da ciência do Ocidente que lhe conferem essa perspectiva estreita.

Estreita, também, na capacidade de entender e significar os saberes que vêm de outras matrizes, especialmente os saberes que vieram da África. E essa perspectiva estreita vai estar relacionada, segundo Na'im Akbar, principalmente, ao racismo e ao sexismo, que também são dois fenômenos que vão ser fundantes das sociedades modernas do Ocidente, inclusive no que diz respeito ao sistema político e econômico. Quando a gente pensa no capitalismo, ele começa a partir da colonização e da escravização de corpos indígenas das Américas e da África. E, a partir disso, ele se torna esse sistema que a gente conhece até hoje e que se reinventa a cada tempo. Mas podemos dizer que o racismo, a colonização, a cristianização e a escravização estão nas bases da constituição do sistema capitalista. E pra que isso desse certo, foi preciso o esforço de criar e reproduzir discursos, inclusive na ciência, na filosofia, na religião, para dizer que quando a gente pensa a África, a gente estaria falando de um continente onde não vai ser possível desenvolver conhecimento; a gente estaria falando de povos incapazes de produzir tecnologia.

Essa perspectiva estreita é racista porque o ocidente sempre volta e olha a África tentando retirar dela a sua negritude, principalmente quando a gente fala de Egito (*Kemet*).

(16, continuação) Esse processo histórico de apropriação e apagamento ainda continua vigente, se adaptando ao contexto de cada tempo, mas servindo sempre à estabilidade e hegemonia dos países dominantes, que representam o corpo-norma e a matriz civilizatória herdada dos Gregos. Nos tempos modernos, as ideias de subalternidade e inferioridade negra e indígena se atualizaram e se reproduziram. O efeito disso foi a racionalização, pelas sociedades do ocidente, de suas cosmovisões e xenofobia, dando forma ao racismo moderno, de um lado, e à ordem capitalista, de outro. Em tempos contemporâneos, ocorre nova atualização nesses processos, apoiados pela premissa da civilização e cidadania unicamente possível a partir da assimilação dos modos de vida euroestadunidenses que privilegiam os espaços urbanos. Assim, vemos cada vez mais a diminuição da quantidade de pessoas vivendo em territórios tradicionais (como por exemplo, o Censo de 2022 do Brasil que verificou que mais da metade da população indígena vive nas cidades, embora haja o efeito da melhoria dos processos de captação dessa informação pelo Censo e também aumento nas autodeclarações em espaços urbanos), não só pela diáspora, mas também pela escalada da violência e das investidas neocolonialistas e de neocatequização, que agravam processos de epistemicídio e genocídio contra essas comunidades; e isso ocorre ao mesmo tempo que pesquisadores e instituições se dedicam ao conhecimento, validação e integração (apropriação) de suas ciências e tecnologias tradicionais e originárias.

Porque outras sociedades talvez seria até fácil de invisibilizar, mas o Egito não, porque gregos e romanos se encantaram por aquilo de tal forma que utilizaram como parâmetro para pensar as suas culturas, as suas sociedades. Então, o que fazer com aquilo? É onde surge um argumento de sempre tentar tirar o Egito da África, de sempre embranquecer o Egito. Isso é um exemplo que explica como a ciência do Ocidente se constitui com essa base racista.

Essa base também é sexista porque o Ocidente vai se organizar em sociedade de uma forma muito dicotomizada, classificando e hierarquizando as coisas, mas sempre aos pares. Então, o humano, de um lado, a natureza do outro. Ciência de um lado e tecnologia do outro (embora agora esteja aí tentando fazer as pazes, né? Inclusive defendendo um campo só. Mas a gente vem nesse histórico de separação). Homem e mulher, preto e branco, dia e noite. E nesse processo de classificação e hierarquização, durante esse momento de pensar as bases da ciência, a ciência vai tentar se constituir por uma base muito racional e lógica. E isso é ligado à potencialidade masculina, que vai colocar do outro lado, na potencialidade feminina, tudo aquilo que é remetido ao sensível, ao sensitivo, ao etérico, ao espiritual, inclusive o que se refere à mente, justamente pela dificuldade de você tratar da mente de uma forma muito lógica e racional. Ela vai ser uma das coisas que vão ganhar essa conotação feminina e, por isso, vai ser subalternizada. Se a ciência de *Kemet* era baseada no estudo da mente, logo, ela vai ser toda entendida como um conhecimento feminino e, portanto, subalternizado na lógica do Ocidente. Então, talvez esse olhar mistificado e problemático que se faz da numerologia, da alquimia, da astrologia, se deva, também, a esse processo sexista de demarcar isso como atributos etéricos e, portanto, pouco lógicos, não racionais, da esfera do sensível, que são atributos femininos. E se o que é feminino é subalternizado no Ocidente, logo, esses conhecimentos também vão ser subalternizados (Na'im Akbar, 1985).

E eu até incluiria um terceiro elemento que se relaciona a essa perspectiva estreita da ciência Ocidental, que é o que Nego Bispo vai chamar de **cosmofobia**, que é um receio muito grande de conhecer e assumir que existem outras formas de explicar a origem do mundo, outras formas de constituir sociedade, ou seja, outras matrizes civilizatórias. “A cosmofobia é uma doença do povo colonialista e tem como um dos seus principais sintomas o medo do sagrado” (Nego Bispo, 2020).

E por que esse receio? Justamente porque a branquitude, para se manter nesse lugar de poder e de hegemonia, ela tem um receio muito grande de ser nomeada. E a partir do momento que for nomeada, ela ser localizada. E a partir disso, ela perder um pouco do seu poder, da sua autonomia e da sua posição hegemônica. E por que eu tô falando tudo isso? Porque isso tem a ver com diversidade. Inclusive, tem a ver com a gente pensar diversidade no que se refere à matriz científica e tecnológica.

A gente não precisa pensar em ciência e tecnologia somente a partir daquilo que o Ocidente nos oferece. E, concordando com isso, a gente consegue pensar a diversidade também no que se refere aos quadros de referência dos currículos de vocês. E talvez já tenha sido muitas vezes falado, né? Quem são os autores negros? Quem são os autores indígenas? Quem são as mulheres que vocês leram durante esse processo de formação de vocês? Mas eu até gostaria de

ir um pouco mais fundo. Porque representatividade é importante, mas ele não é o nosso ponto desejado de chegada. O ponto que a gente quer passa pela representatividade, mas ele não para ali, porque nós queremos chegar na autonomia. Na autonomia, inclusive, para a gente resgatar o que a Oyèrónkẹ Oyěwùmí falou quando veio aqui no Brasil, na Flup (a Festa Literária das Periferias) de 2024, que foi ali no Circo Voador e que homenageou Beatriz Nascimento. Oyèrónkẹ fez uma fala que nunca saiu da minha cabeça (disponível no Youtube, no canal Futura, a partir de 6h44min00 da gravação): que precisamos resgatar os nossos hábitos de soberania, que é pensar formas possíveis de existir nesse mundo que não passem pela branquitude. Olha só o desafio!

Então, nesse sentido, não é só pensar em quem são os autores negros, indígenas, mulheres que a gente leu, pois eles podem estar falando da ciência do Ocidente. Mas também de pensar quem são os autores negros, mulheres, indígenas, dissidentes de gênero que estão produzindo conhecimento e estão falando conosco a partir de outras ciências, de ciências construídas a partir de outras matrizes civilizatórias. Aí eu acho que é o ponto que a gente quer chegar da nossa autonomia, mas até lá a gente ainda tem muito chão a percorrer.

O momento da revisão dos currículos é uma excelente oportunidade pra gente pensar a respeito disso. E, também, pensar o quão participativo está sendo esse processo de revisão dos nossos currículos, porque temos muito a dizer sobre eles. Se nos derem a oportunidade de falar, a gente tem condição de dizer várias coisas sobre eles e até de pensar junto o que vem dessas ciências tradicionais e originárias, dessas tecnologias tradicionais e originárias que a gente quer incluir nos nossos quadros de referência. É importante a gente pensar nisso: o quanto está sendo aberto a nós esse processo, o quanto está sendo considerada a nossa participação na construção desses novos quadros de referência, nesse processo de reforma curricular.

Nesse ponto eu me lembro da fala da professora Aza Njeri e do professor Murilo Gaulês, que consta no artigo “Mulherismo Africana: práticas solares para trazer luz a uma teatralidade rebelde possível”, em uma das passagens que eles falam sobre o Senhor do Ocidente (pág. 72):

Homens se aproximam do Senhor do Ocidente dentro da escala de humanidade, justamente por serem homens. Mas quando começam os atravessamentos das singularidades dos nossos seres, essa dinâmica vai sendo afetada também. O que eu quero dizer é que homens negros acabam performando um patriarcado que não é feito para eles. E que na verdade, as benesses são feitas para o “Senhor do Ocidente”. Só que esses homens, por conta da sua construção, que perpassa inclusive a educação, acabam performando o que eu chamo de cópias mal diagramadas do Senhor do Ocidente (NJERI, 2020). Então, o que eu quero dizer é que os negros em geral precisam se revisitar e perceber quais são essas performances que estão fazendo de si e para o outro, e verificar se são performances libertadoras ou são performances limitadoras das suas próprias existências.

Eu acredito que as mensagens de projeto de mundo e de modos de ser e de estar no mundo que acessamos por meio das artes, da literatura, da política, das Instituições, do Direito, daquilo que usamos como referência nos nossos estudos e formações, sejam essas mensagens implícitas ou explícitas, servem como meios de internalização dos valores da ordem que serve ao senhor do ocidente, serve à reprodução de seus modos de vida e manutenção de sua hegemonia, mesmo que esses modos não nos beneficiem de fato. Considero o que Martina Davidson (2022) (17) disse, que “não existe ciência neutra e se ela é influenciada por pensamentos dominantes ela vai reproduzir opressões” e penso que enquanto nós, negros, indígenas, dissidentes de gênero, dissidentes da norma estivermos nesses espaços (como o universitário) somente pela lógica da representação, mas reproduzindo ciência e tecnologia ocidentais, somente, nós não alcançaremos essa tal autonomia, e nossos esforços antirracistas e contracoloniais estarão incompletos, já que, no fim, continuaremos imersos na (e reproduzindo a) ordem social, política e econômica que não nos favorece. Por isso, defendo que, para alcançar autonomia, pra ser diverso de fato, nós, dissidentes da norma, precisamos estar nessas instituições pensando por nós mesmos, com foco na nossa libertação mental, reproduzindo nossos próprios modos de vida, abordando os conhecimentos das matrizes civilizatórias que nos são próprias, endógenas, para não terminarmos como cópias mal diagramadas do senhor do ocidente em busca de uma ilusão de ascensão social e de reconhecimento.

Mas por que eu estou falando tanto dessa questão da ciência e até mesmo da universidade? A gente falou que as sociedades (do Ocidente) vão se organizar a partir desses acordos que tem o senhor do ocidente como princípio lógico e fundador: tudo vai se referir a esse senhor do ocidente, inclusive as instituições, inclusive a ciência. Não existe ciência neutra, não existe instituição neutra. E por mais aberta que a universidade seja à construção desses diálogos, como esse que a gente está fazendo, ela tem na sua base a marca de servir a esse propósito universalizante das matrizes civilizatórias euroestadunidenses. E tudo aquilo que recebe esse signo de universal, para mim, é muito perigoso. Porque se a realidade da vida é a variação, eu acho que é um contrassenso a gente querer determinar uma única forma, um único caminho possível. Algo ganhar sentido universal vai contra essa lógica que é a base da vida: a variação, a diversidade.

E pensar a universidade como uma casa da ciência evidencia que a ciência e seu discurso também são marcados pelos mesmos processos. A cultura, embora diversa, tem uma expressão hegemônica (Martina Davidson, 2022), que é ligada, inclusive, às opressões que a gente já falou. A ciência é resultado dessa cultura e, por isso, contribui para fortalecer determinadas organizações culturais. E, como já dissemos: não existe ciência neutra e, se ela é influenciada por pensamentos dominantes, ela também vai reproduzir opressões. Então, é nisso que a gente tem que estar ligado. E quando a gente fala de diversidade, de novo, não é só sobre representatividade. A gente pode pensar na diversidade, inclusive, como um esforço de decolonialidade, de contracolônização.

(17) Curso “Por uma Biologia Contrassexual: transsexualidade, gênero e determinismos biológicos”, por Martina Davidson, 02 de abril de 2022, Casa Brava Espaço Cultural.

Porque se a gente está questionando a norma, se a gente está questionando a universalidade dessa matriz civilizatória ou dessas matrizes civilizatórias euroestadunidenses, a gente está dentro desse esforço de descolonização.

Neste sentido, eu queria citar uma fala da professora Letícia Nascimento (18), em que ela parte dos estudos de Linda Alcoff, e ela fala justamente disso, que: “o projeto de descolonização epistemológica e a mudança da geografia da razão, requer que prestemos atenção à identidade social, não simplesmente para mostrar como o colonialismo tem, em alguns casos, criado identidades, mas também para mostrar como têm sido silenciadas e desautorizadas epistemicamente algumas formas de identidade, enquanto outras têm sido fortalecidas”.

Acredito ser importante pensar isso porque é uma ideia que coloca o propósito da diversidade nesse lugar de esforço de descolonização, nos lembrando de um perigo, de algo que é muito sagaz que o ocidente vai fazer: ele também está prescrevendo formas de identidade. Porque esse processo de construção de identidade, ele parte muito da relação com o outro, a partir da identificação de diferenças. Identidade é um processo relacional marcado pelas diferenças. Então, essas matrizes civilizatórias do ocidente estão prescrevendo formas aceitáveis, convivíveis e, talvez, até docilizadas, eu diria, do que é ser negro no ocidente, do que é ser indígena no ocidente (principalmente se você estiver em espaço urbano), de você ser mulher no ocidente. E o problema que está nisso é que a gente vai perdendo as nossas formas endógenas de pensar essas identidades. Porque podemos pensar a construção de identidade indígena a partir das próprias cosmopercepções indígenas. A gente pode pensar o ser negro a partir das próprias cosmopercepções negras. A gente pode pensar em ser mulher a partir de próprias concepções mulheristas, não partindo de princípios e diretrizes estabelecidas por homens para a regulação dos corpos dessas mulheres.

Eu queria ressaltar uma coisa relacionada a essa formação docente, e aí eu volto de novo às ciências da mente (19) e o propósito das escolas em ensinar química. Já pararam pra pensar por que vocês estão estudando química, se formando professores em química? Acho que tem argumentos que vêm dessa ciência Kemética que podem ajudar nessa reflexão. Eles vão dizer, a partir dos princípios da ciência da mente, que o nosso corpo é constituído por sete almas: *Ka, Ba, Khaba, Aku, Seb, Putah e Atma* (20).

(18) Curso “Estudos Indisciplinares de Gênero”, por Letícia Nascimento, 25, 22 e 29 de março de 2022, Casa Brava Espaço Cultural.

(19) Podemos pensar a ciência da mente como o conjunto inseparável de conhecimentos de vários ramos que existiam em uma perspectiva total em que um alimentava e crescia sobre outro, e que é colocado em prática para o alcance do autoconhecimento. A ideia de autoconhecimento para o povo de *Kemet* envolve o conceito de consciência, percepção, e do que poderia ser chamado de uma prática de psicologia. Sendo assim, o conceito “pessoa, conheça-te a ti mesma” se torna o princípio fundamental não só da psicologia Kemética, mas de todo teor da Ciência da Mente. (Na'im Akbar, 1985). Na'im Akbar ainda lembra a observação feita por George G. James (O Legado Roubado): “a doutrina do autoconhecimento, durante séculos atribuída a Sócrates, é agora definitivamente conhecida como originária dos templos egípcios, na parte externa dos quais as palavras ‘homem, conhece-te a ti mesmo’ estavam escritas”.

Queria falar mais detalhadamente de *Aku* e de *Putah*. *Aku* é a alma da inteligência e ela se refere ao desenvolvimento dos processos da mente (raciocínio, lógica, pensamento, por exemplo). A sede dessa alma e, portanto, da nossa inteligência, é o coração. Por isso que no pós-morte é o coração que é pesado, justamente pra saber se ao longo da vida você utilizou da sua inteligência para transformar o mundo, para produzir uma sociedade melhor, para você desenvolver a sua máxima potência. Quem disse isso não fui eu, foi esse professor Na'im Akbar durante essa conferência (do Vale do Nilo, de 1985). *Putah* também se relaciona à mente, mas vai dizer respeito ao amadurecimento mental. Somente a partir do momento que você atinge o amadurecimento mental é que essa alma se manifesta no seu corpo. E esse amadurecimento mental, ele estaria relacionado à união do cérebro com a mente, porque pra eles a mente não está só no cérebro e este momento de manifestação dessa alma representa a união entre cérebro e mente e, também, a capacidade de se reproduzir intelectualmente. O que é isso, se reproduzir intelectualmente? É ensinar.

Então essas escolas também estavam formando professores? Sim. Mas ensinando a eles metodologias, conteúdos? Não. Não apenas. Estavam cuidando dos seus processos iniciáticos de formação de corpo, para que eles atingissem a maturidade mental. E a partir do momento em que a maturidade mental se manifestasse, a pessoa estaria pronta para ensinar, o que seria se reproduzir intelectualmente. E por que eu digo que isso não passa só por conhecimentos e coisas que você pode transmitir? Porque eles também têm a ideia de que tudo que você precisa saber na vida já está dentro de você. Você só precisa de um espaço seguro e de estímulos para que isso seja extraído de dentro (Na'im Akbar, 1985). Essa é a função do professor.

Que legal seria, né? Se não só na química, mas em todos os processos de formação docente, a gente resgatasse esse pensamento, que o propósito de ensinar não é só oferecer e criar habilidades e competências nas pessoas, mas ajudá-las nos seus processos de construção de corpo, identidade e de pertencimento, alcançando maturidade mental. E aí a gente volta, de novo, à questão de que, para eles, não existia conhecimento que não se referisse, que não servisse ao propósito de aprimoramento do ser humano, de amadurecimento humano.

(20) Segundo Na'im Akbar (Conferência do Vale do Nilo, 1985): As almas são dimensões da natureza psíquica. A primeira alma *Ka* é identificada como o corpo da pessoa, embora *Ka* fosse transcendente, estando para além do corpo. Ela é o princípio estabilizador, a substância ancorante pra psique da pessoa, servindo como o fio de conexão entre o ser tangível e o ser intangível. *Ba* é o sopro que entra na pessoa e ativa seu ser. É simbolizado pelo pássaro com cabeça humana que vinha do celestial e entrava no *Ka* da pessoa e, juntos, se tornavam um ser vivo. Assim, *Ba* representa a transmissão da energia invisível universal, como eletricidade, que percorre todas as funções visíveis. O povo de *Kemet* acreditava que havia um único poder, representado pelo sopro, que era transmitido dos ancestrais para os descendentes até o criador. *Khaba* é a alma da sombra, corpo astral ou etéreo, que corresponde à noção popular de fantasma. É por meio de *Khaba* que acessamos os registros Akáshicos, que guardam os registros de todas as imagens ou imaginações em nosso universo. Isso é possível por meio da estimulação feita por tambores e rituais, ou seja, por meio do transe (estado alterado de consciência). *Khaba* também é responsável pelas emoções e movimento, pela sustentação das percepções sensoriais, dos fenômenos da cor, harmonia e ritmo, bem como da circulação sanguínea. *Aku* é o assento da inteligência e da percepção mental. A mente humana (bem como seus processos de pensamento, julgamento, análise, reflexão mental, por exemplo) deveria ser compreendida na esfera de *Aku*. (...)

E esse é um exemplo: tudo que você precisa saber já está aí dentro. Você só precisa de um espaço e de estímulos para que isso se manifeste e que você explore a sua máxima potência.

Fica o convite para a gente pensar nesse processo de formação de professores também a partir do que essa outra matriz civilizatória nos oferece de estímulos. Eu acho que isso pode trazer coisas importantes, inclusive para a gente pensar diversidade, pensar os processos educativos tendo como pilar a diversidade, a diversidade nessa forma mais ampla, incluindo todos os aspectos que a gente já falou. Mas, pelo menos, raça, gênero, sexo, o complexo corpo-território, porque tem a ver com a leitura estreita que o ocidente faz dos saberes de outras matrizes civilizatórias, que é a partir do racismo, do sexismo e da cosmofofia, mas também porque são questões que eu consigo trazer exemplos reais de coisas que eu já vivi aqui na universidade, que mostram que toda vez que (e aí a gente volta na ideia da cripta), a gente tenta abordar e trabalhar com raça, gênero, e corpo nesse espaço universitário é como se a gente tocasse essa cripta e, nesse momento, algo fosse explodir.

Com relação à raça, convivi com uma pessoa negra, racializada, super inteirada dessa pauta da negritude, do racismo e das ações afirmativas na universidade. Mas, uma vez, essa pessoa me falou o seguinte: “eu acho muito problemático essas pessoas, principalmente ligadas à comunidade de terreiro, quando chegam aqui na universidade e vão começar suas falas, começarem saudando seus antepassados — ‘peço a benção aos meus mais velhos, peço a benção aos meus mais novos’”, porque isso, segundo ele, já criaria na audiência um sentimento de aversão, como se essas pessoas se indisponibilizassem, a partir dessa manifestação, em ouvir o que aquelas pessoas teriam a dizer.

E daí, eu acho que a gente consegue perceber duas coisas: primeira coisa, é como, talvez, a sociedade e as instituições realmente têm prescrito formas de ser negro e de manifestar negritude dentro desses espaços, porque a gente está estabelecendo que mesmo esses corpos que se formam majoritariamente a partir de outras matrizes civilizatórias, quando vêm para esse espaço, eles têm que seguir a ritualística da casa, a linguagem da casa, a estética da casa, se não, não serão ouvidas, serão desautorizadas.

(20) (...) O *Seb* é a alma da pubescência e só se manifesta a partir da puberdade e se relaciona à capacidade de reproduzir e gerar sua própria espécie, mas também se relaciona com a ideia de se autocriar, uma vez que representa o poder autocriativo do ser. O *Putah* era a alma intelectual e se referia à maturidade mental. Então, essa alma só se manifestava quando o indivíduo alcançava a maturidade mental, representada pela capacidade de se reproduzir intelectualmente (ensinar). Ao alcançar essa maturidade, o indivíduo seria capaz de se guiar somente pela vontade e intenção. *Atmu* era considerada a alma divina ou eterna, a presença dos plenos poderes criativos e da continuação perpétua. Na'im Akbar alerta para que entendamos que “essa discussão está focada em apenas um aspecto de um sistema multifacetado e complexo que descreve a psique humana de acordo com a tradição Kemética. Como alertamos desde o início, a totalidade da cosmologia Kemética é, na verdade, uma descrição abrangente da psique humana. A teologia incrivelmente complexa do antigo *Kemet* representa uma série de alegorias que definem o funcionamento da natureza e, mais importante, a gênese e as potencialidades implícitas do homem. Esses mitos e símbolos transcendem as conclusões empíricas da ciência ocidental e descrevem o homem não apenas com base no que ele faz, mas no que ele é. Escolhemos olhar para as dimensões psíquicas como os antigos descreveram porque, neste sistema, encontramos um resumo de o que o ser humano é”.

Essas instituições, em seus processos de autorização, desautorizam a expressão livre que denuncia pertencimento a uma matriz civilizatória que não seja a hegemônica. Jota Mombaça já nos alertava que “há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva (...) Portanto, não é sobre ‘quem’, mas sobre ‘como’” (Jota Mombaça, 2017). Assim, observar essa política de autorização nos permite entender que há “um certo modo privilegiado de enunciar verdade, uma forma particularizada pelos privilégios epistêmicos da branquitude e da cisgeneridade de se comunicar e de estabelecer regimes de inteligibilidade, falabilidade e escuta política” (Jota Mombaça, 2017). Esse modo privilegiado pode ser verificado, inclusive, no que se refere a esse protocolo de apresentação, principalmente quando se vai falar nas universidades, que prescreve, a negros, performances de branquitude.

Segunda coisa: dado o desconforto dessa pessoa, seria possível pensar que, talvez, o processo de racialização dela, enquanto pessoa negra, tenha sido majoritariamente marcado por estímulos e estudos que o próprio ocidente oferece, que muitas das vezes vão ser pautados no racismo e na história da escravização, e pelos modos de vida que ele prescreve, muito demarcados pela urbanidade desassociada e descontinuada de qualquer história de longa duração. Mas lembra daquele esforço que Oyèrónkẹ Oyěwùmí nos sugeriu de pensarmos formas de ser e de estar no mundo que não passam pela branquitude, mas que resgatam os nossos hábitos de soberania? Então, talvez ainda seja importante, principalmente dentro desse espaço de universidade, pensar em processos de construção de identidade e de pertencimento à negritude que não passem pela branquitude, mas que sejam alimentados pelos conhecimentos endógenos de matrizes civilizatórias negras, o que requer recontar a história, preservar memórias e reatar laços de continuidade. Isso significa que toda pessoa negra precisa saudar seus antepassados, usar vestimentas africanas, falar língua originária, pertencer à comunidades de terreiro, conhecer música e danças tradicionais, ou mesmo se alimentar de forma tradicional? Não. Pelo próprio exercício da autonomia, essa pessoa pode escolher se socializar por modos de vida exógenos.

Lembremos das quatro dimensões de ancestralidade: genealógica, anímica, cultural, espiritual (conforme ensina Kaká Werá). Principalmente as dimensões cultural e espiritual, envolvem **adesão consciente** a um modo de vida (ou a elementos de um ou mais modos de vida) e a **apropriação consciente** de artefatos culturais, a partir de vivências em comunidade. Assim, pessoas negras e indígenas podem se socializar e aderir aos modos de vida ocidentais, de boas! Mas que isso seja consciente, o que implica saber, inclusive, que esses modos de vida também são um dos responsáveis pelo etnocídio de culturas tradicionais, que foi e continua sendo instrumento de colonização, mantém a lógica de poder da branquitude, e a estruturalidade do racismo; que são modos de vida que não lhe são endógenos, eles vêm de fora. Por isso temos que lidar com pessoas racializadas mas que não querem abordar cultura tradicional, que não querem se comportar como seus antepassados, que não querem praticar culturas alimentares de suas comunidades, que se manifestam politicamente contra os movimentos racializados e está tudo bem. É uma pena, mas está tudo bem.

Outro exemplo também com relação à raça. Eu ouvi muito, principalmente quando eu comecei na universidade pública, e eu entrei na universidade pública em 2020, ainda no

distanciamento social. Eu só vim presencial um tempo depois. E eu ouvi muito das pessoas que eu encontrava no corredor: “Ah, você não tem cara de professor!”. Qual é a cara do professor? O que a minha cara tem de diferente dessa cara estabelecida de professor? Eu suspeito que passa pela raça também.

Enfim, mas falando de gênero, não sei se vocês sabem, mas nós conseguimos abrir, no Centro de Tecnologia, olha só, no Centro de Tecnologia, casa dos cursos de engenharia, uma disciplina de graduação que fala sobre gênero, mas gênero nas cosmopercepções africanas e indígenas. A gente quer falar das ideias sobre gênero construídas a partir de outras matrizes civilizatórias, que não o ocidente. A gente conseguiu fundar isso como disciplina eletiva de graduação. Todos vocês podem participar. Não vai aparecer logo de cara pra vocês no sistema quando vocês se inscreverem em disciplinas, porque elas podem não estar no currículo de vocês. Vocês têm que entrar lá no SIGA e buscar por ela, mas vocês podem se inscrever e participar. Causou muito bafafá quando a gente foi criar essa disciplina. Ela foi criada como parte de um plano de trabalho, que era uma parceria que a gente estava construindo com o Instituto Hoju, que começou como uma ONG, mas se tornou uma universidade autônoma, cadastrada no MEC, que é coordenada pela Érica Portilho, a KaKá Portilho, uma mulher negra, da Mangueira, e que se tornou uma das referências quando a gente fala de estudos sobre ciências e tecnologias africanas e indígenas, especialmente dentro dos estudos sobre gênero e sobre sistemas tradicionais de medicina, que era o que eu estava fazendo com ela e com o grupo dela, principalmente. Então, a nossa parceria previa a criação dessa disciplina, porque a gente entendeu que para falar de sistema tradicional de medicina, a gente tinha que falar de gênero. E o plano de trabalho foi aprovado. E a gente utilizou essa aprovação que incluía a disciplina e conseguimos abrir a disciplina na PR-1.

Depois que ela foi criada pela PR-1, foi um desconforto danado entre as pessoas que aprovaram o plano de trabalho. Pediram uma reunião de diretoria com a pauta de discutir, entre outras coisas, a aprovação dessa disciplina. Eu ouvi até que eu tinha utilizado meios escusos para conseguir a aprovação da minha disciplina. E chegaram a discutir, inclusive, se eu, como pessoa, por interesse próprio, poderia ou não propor uma disciplina sobre esse tema, já que ela não estava relacionada com as diretrizes do grupo para o ensino e nem fazia parte do conjunto de temas prioritários desse grupo. Disseram que era complicado esse negócio de professores criarem “feudos”. Uma das falas que eu fiz foi que eu achava que o que a gente estava fazendo naquele momento era revolucionário, porque, pelo menos dentro da UFRJ, eu não conhecia outro departamento ou curso de graduação que tinha conseguido abrir uma disciplina como essa e que a gente devia, na verdade, era ser premiado pela coragem e por, de fato, ter mobilizado os recursos que estavam à nossa disposição para a gente conseguir a aprovação dessa disciplina. Mas a gente conseguiu manter a disciplina. Então, eu faço questão de, todo primeiro encontro de toda turma que a gente abre, contar essa história, para marcar um lugar político, inclusive, que está por trás da oferta dessa disciplina e que fala muito sobre nós, sobre nossos corpos, sobre as nossas posições políticas, sobre as nossas perspectivas de mundo. Pena que não deveria ser marcado por tanta luta. Eu acho que não deveria ser tão difícil.

Um outro exemplo sobre como ainda está dentro de uma cripta essas questões de gênero: Participei uma vez de um trabalho de um grupo que sentiu a necessidade de levantar as características das pessoas que participavam do conjunto de ações de extensão desse grupo. E, para isso, foi criado um formulário que, dentre outras coisas relacionadas às atividades de extensão, tinha perguntas que falavam sobre raça, sobre sexualidade e sobre gênero. E foram justamente essas perguntas que deram muito bafafá. As de raça, eu acho que a gente já estava com argumentos mais bem elaborados, a gente conseguiu argumentar bem, mas com relação a sexo e gênero, não. A gente ouviu, inclusive, que alguns colegas se sentiam desconfortáveis na hora de aplicar um questionário daquele, de chegar pra pessoa perguntar, e aí, você é hétero ou não? Nesse tom, sabe? Até porque essa pergunta não é feita dessa forma, né?! Aí a reunião terminou com a seguinte fala de um colega: “acho muito importante o trabalho que vocês estão fazendo, mas eu acho que a gente tem que pensar nisso com muito cuidado para evitar que, no futuro, um jovem branco, homem hétero, de classe média, olhe para a gente e ache que não é um lugar feito para ele”. Como se fosse isso que estivesse em questão.

Quando a gente fala de diversidade, quando a gente fala dessas questões de gênero, tem sempre essa questão de se tornar o novo hegemônico. Talvez não seja isso. E eu digo isso quando eu considero, por exemplo, o pensamento da mulherismo africana, que não prega uma substituição do hegemônico masculino pelo feminino, mas a partir de um esforço que vem de ciências e conhecimentos fundados e marcados pelas mulheres, que foram produzidas por mulheres, a gente construir um mundo mais solidário (recíproco), onde há possibilidades, tanto para homens quanto para mulheres. Então, eu acredito muito que quando a gente fala de gênero, a gente também está nessa premissa. A gente não está questionando a participação do heterocis, até porque a diversidade o inclui, mas a gente está defendendo que se encerre esse não-lugar, esse apagamento das identidades dissidentes da norma, para que não seja tanto transtorno quando a gente decide falar dessas questões de gênero.

Tenho até outro exemplo. Eu estava trabalhando com uma grande amiga minha, fazendo um estudo sobre os casos de violência doméstica durante o período da pandemia. E a gente foi dar uma olhada na ficha de notificação, porque casos de violência são de notificação compulsória no SINAN, que é o Sistema Nacional de Agravos de Notificação, e tem um formulário específico pra isso. E, desde 2014, tem perguntas que falam sobre gênero e orientação sexual, o que foi um avanço. Mas, nas próprias orientações de preenchimento desse formulário (não posso dizer que ainda hoje é assim, porque não entrei lá no documento de orientações para olhar, mas quando a gente fez esse estudo, entre 2019 e 2022, ainda era dessa forma) constava que quando o gênero fosse compatível com o sexo atribuído ao nascimento, era para marcar, nessa pergunta sobre gênero, a opção “não se aplica”.

Quando a gente estuda construção de formulários, a gente aprende que essa opção “não se aplica” só deve ser utilizada naquelas situações onde a pergunta não cabe à pessoa que responde. É algo que eu quero saber que não diz respeito àquela pessoa. E se nesse formulário a indicação para a pessoa cisnormativa é marcar o “não se aplica”, talvez, no fundo, se esteja reforçando o lugar da norma, reforçando a idéia de que a norma não precisa ser nomeada. Esse é o grande problema do discurso neutro na ciência, de falar que a pesquisa precisa ser neutra,

porque isso demarca o lugar da norma e a norma está acostumada a não ser nomeada. E uma das coisas que a gente argumentou é que a hetero-cisgeneridade é uma identidade válida e que precisaria ter um campo que a demarcasse, justamente para romper essa ideia de que, por ela ser normativa, ela está dada, não precisa ser nomeada. E, para além disso, quando eu coloco o “não se aplica”, de alguma forma eu estou demarcando que gênero é uma coisa que interessa, que afeta, apenas corpos dissidentes. Não inclui o cisgênero. É o mesmo pensamento de que racismo é tema que só atinge e só interessa aos negros e indígenas, não cabe ao branco. Então, se estamos falando de racismo, o branco não participa. Mas ele tem que participar e participar nesse lugar da branquitude, inclusive. Convidamos que participem das rodas de debate sobre racismo falando a partir do seu lugar de brancura. Esses são alguns problemas que a gente enfrenta e que mostram como falar de diversidade é uma afronta à norma, o que não deixa, também, de ser um esforço de demarcar iniciativas de decolonialidade.

Pra encerrar, queria falar de um outro exemplo, que é relativo a esse complexo corpo-território, porque a gente defende que corpo não está pronto, ele é construído ao longo da vida. E ele é o primeiro território onde eu tenho que ter domínio. Talvez vai ser difícil mudar minha casa, minha rua, meu bairro, mas eu posso estabelecer o que vai acontecer dentro desse território corpo. Então, para nós, corpo é território. Quando falamos de território, falamos de corpo. Quando falamos de corpo, falamos de território. Lembro de uma reunião de Conselho de Centro que eu participei aqui no CT. Não lembro porque eu estava nessa reunião, fui convidado, mas foi a mesma reunião em que estavam discutindo se iam pegar aquela estrutura que era o restaurante burguesão e construir o segundo restaurante universitário do CT. E uma das argumentações, principalmente de professores, era que seria melhor utilizar aquele espaço para construir um restaurante para atender melhor a comunidade, porque os trailers não estavam dando conta, porque antigamente lá servia comida vegana, uma comida mais variada, e que seria impensável considerar aumentar a quantidade de trailers aqui no corredor porque senão, daqui a pouco, isso daqui estaria igual a uma favela. Foi isso que a gente ouviu nessa reunião de Conselho de Centro. A gente até levantou a questão (era uma reunião virtual. então colocamos um comentário): “não entendemos qual a questão com relação à favela”. Essa pessoa ainda teve coragem de, publicamente, falar que favela, para ela, era um lugar de desordem, de falta de planejamento. Como que uma pessoa que tem esse pensamento pode estar envolvida em reuniões deliberativas que vão decidir, inclusive, sobre a forma e paisagem, aquilo que é representado simbolicamente dentro desse espaço que estamos construindo, que se chama universidade, ainda com essa visão tão distorcida sobre territórios favela. Defendemos território de favela como lugar de potência, como continuidade de quilombos urbanos, como lugar de preservação de modos de vida tradicionais, inclusive, de indígenas, de migrantes, de comunidades negras. Então, também é com isso que nós temos que lidar quando a gente fala desse processo de construção de universidade e esse pensamento que é reproduzido, nesse processo, sobre corpo e território. E talvez a gente consiga até pensar: então, qual é o corpo que é legitimado pra estar nesse espaço?

Muitas vezes eu pensei que, talvez, por conta dessas dificuldades que a gente estava enfrentando no dia a dia do nosso trabalho, eu estava ocupando um lugar que não era feito pra mim. E muitas vezes eu pensei em meter o pé, sinceramente. Porque não é fácil. Mas aí a

gente vê que não, que quem fundou a instituição universidade foram pessoas tão negras ou mais negras que eu. Então, esse espaço também é meu e eu não vou embora. Enquanto eu estiver aqui, eu vou lutar para construir uma universidade que tenha mais a nossa cara. Pode me custar “um pedaço do fígado”, como muitas outras vezes já me custou. Mas, com certeza, não estou sozinho nessa luta, né?

Qual o caminho que eu vejo para isso? Letramento. Letramento não só racial, mas letramento para a diversidade. E eu acho que todo mundo teria que fazer, desde os nossos colaboradores contratados, até reitores. Tanto para a gente entrar em contato com essas coisas que precisamos recontar, na história, quanto pra gente revisar, no nosso vocabulário, palavras e expressões que reforçam a hegemonia da branquitude e a colonialidade.

Com relação ao primeiro aspecto, entrar em contato com essas coisas que precisamos recontar, na história, acredito que um pouco delas nós falamos aqui. E aí, a gente pode pensar não só na história, mas na química, na medicina, em todas as formas de conhecimento. E, às vezes, a gente tem um, sei lá, um desagrado de falar de questões históricas como se elas estivessem lá no passado e não se referissem a nós no agora. O professor Ivan Van Sertima (21), vai dizer que não importa se eu tenho 7 anos, 20 anos, 70 anos, o que a gente quer resgatar nesse processo histórico é lembrar que, no que se refere a processo mental, isso que é histórico e o que está acontecendo agora vão ocupar o mesmo espaço na sua consciência; é constitutivo de você nesse momento agora: “Estamos falando sobre agora. O que aconteceu há 5000 anos atrás ou cinco minutos atrás ou cinco segundos atrás ocupa o mesmo espaço de tempo na consciência. Não temos 20 anos de idade, ou 50 anos de idade, ou 70 anos de idade. Temos milhões de anos de idade. Isso é um pequeno intervalo de tempo no qual nos movemos” (22).

Ainda nas palavras de Van Sertima: “nossas atitudes, a maneira como tratamos as pessoas, a maneira como concebemos as pessoas, a maneira como somos concebidos pelas pessoas é determinada por como elas veem o que aconteceu no passado. A história é uma coisa viva. Somos governados pelos mortos” (23). Então, nós temos que recontar a história, justamente para que a gente não se sinta sem referência, sem foco. É sobre isso que o professor James Small (24) fala no filme-documentário “*Out of Darkness*” (25): Às vezes a gente pensa “qual vai ser meu próximo passo?”. A dica que ele dá (o professor James Small) é olhar para trás e ver os passos que foram dados no passado. Conhecendo os passos que foram dados no passado, você tem melhores condições de decidir sobre os passos futuros. E se é negado a você conhecer os passos que foram dados no passado, você vai se sentir mesmo muito perdido, sem saber o que fazer. Então, nós precisamos recontar a história. E eu acho que o letramento tem essa função de recontar a história, com base nos princípios da diversidade.

(21) antropólogo, crítico literário e linguista que foi professor associado de estudos africanos na Universidade Rutgers e escreveu um livro muito interessante “Eles Vieram Antes de Colombo: A Presença Africana na América Antiga”, que fala sobre a chegada dos africanos ao continente americano anterior às iniciativas de colonização europeia.

(22) palestra de Ivan Van Sertima no evento “*The Nile Valley Conference*” (A Conferência do Vale do Nilo), de 1985, (disponível na plataforma BlackFlix).

Com relação aos termos e expressões que precisam ser revisados, me refiro aqueles que, mesmo sem que percebamos, estão reproduzindo as opressões. São expressões racistas contra negros, racistas contra indígenas, expressões gordofóbicas, expressões machistas, expressões sexistas, misóginas, expressões capacitistas, etaristas, expressões xenofóbicas e preconceituosas contra migrantes, contra ciganos, contra quilombolas, e várias, várias outras expressões que poderiam ser retiradas do nosso vocabulário. A Grada Kilomba, ela fala da importância da gente revisar o português. Porque o racismo, da mesma forma que os outros eixos de opressão, ele não tem base lógica. Ele (o racismo) é irracional. Mas ele vai mobilizar arte, língua, ciência, cultura, tecnologia para criar narrativas que vão torná-lo credível. E, a partir desse momento, vamos acreditar nele e vamos reproduzir suas lógicas.

Então, a língua também está a serviço disso. E não é porque está escrito no dicionário que está certo. Um último exemplo, que se refere ao Centro de Apoio ao Discente (CAD) da Fiocruz. Em um perfil no Instagram, que funciona como Canal de Comunicação do Centro de Apoio ao Discente (CAD) da Fiocruz, eu me deparei com uma dessas situações que nos desafia com relação ao uso da língua. Eu conheço e participo porque eu fui estudante da Fiocruz. Nesse perfil, eles fizeram uma publicação muito interessante sobre eugenia. Mas nessa publicação eles utilizaram o termo “travestido”, no sentido de algo disfarçado de alguma coisa. E há uma militância dentro da comunidade não binária e da comunidade travesti e transsexual, onde eu me incluo, de lembrar que travesti não é verbo, é identidade. E que, por isso, não devem ser utilizadas palavras como travestido para se referir a coisas falsas, a coisas que se passam por outras, porque reforçam um estigma que marca a socialização de corpos trans e travestis. E um dos argumentos que a gente ouviu do CAD Fiocruz, quando a gente argumentou que seria importante retirar travesti do vocabulário, foi que é importante não utilizar as palavras num único sentido, e se existe uma utilização que é problemática, não quer dizer que outras utilizações serão, e que é uma palavra que está, inclusive, no dicionário e que, portanto, poderia ser utilizada.

Mas, a partir desses argumentos que Grada Kilomba compartilha com a gente, nós vamos perceber que não é porque está no dicionário que vai ser socialmente justo e que vai ser afeto à diversidade, porque a língua também está a serviço da ordem da colonização, da reprodução das opressões e que, por isso, precisa ser revista. É importante lembrar de Nêgo Bispo, quando ele “refletia sobre a força de dar nome às coisas. Lembrava que o vocabulário pode limitar ou ampliar a realidade, moldando nosso olhar sem que percebamos. Por isso dizia que é preciso enfraquecer as palavras que invalidam quem somos” (Arvoreagua, 2025). Ele dizia, também, que “questionar o vocabulário é parte do trabalho de contra-colonizar, porque o colonialismo também vive na gramática do presente” (Tramas Coloniais, 2025).

(23) Este também é um trecho da palestra de Ivan Van Sertima no evento “*The Nile Valley Conference*” (A Conferência do Vale do Nilo), de 1985, (disponível na plataforma BlackFlix).

(24) James Small é professor pan-africanista e ativista.

(25) O filme-documentário “*Out of Darkness*” está disponível na plataforma BlackFlix.

Com relação aos termos e expressões que precisam ser revisados, me refiro aqueles que, mesmo sem que percebamos, estão reproduzindo as opressões. São expressões racistas contra negros, racistas contra indígenas, expressões gordofóbicas, expressões machistas, expressões sexistas, misóginas, expressões capacitistas, etaristas, expressões xenofóbicas e preconceituosas contra migrantes, contra ciganos, contra quilombolas, e várias, várias outras expressões que poderiam ser retiradas do nosso vocabulário. A Grada Kilomba, ela fala da importância da gente revisar o português (26). Porque o racismo, da mesma forma que os outros eixos de opressão, ele não tem base lógica. Ele (o racismo) é irracional. Mas ele vai mobilizar arte, língua, ciência, cultura, tecnologia para criar narrativas que vão torná-lo credível. E, a partir desse momento, vamos acreditar nele e vamos reproduzir suas lógicas.

Então, a língua também está a serviço disso. E não é porque está escrito no dicionário que está certo. Um último exemplo, que se refere ao Centro de Apoio ao Discente (CAD) da Fiocruz. Em um perfil no Instagram, que funciona como Canal de Comunicação do Centro de Apoio ao Discente (CAD) da Fiocruz, eu me deparei com uma dessas situações que nos desafia com relação ao uso da língua. Eu conheço e participo porque eu fui estudante da Fiocruz. Nesse perfil, eles fizeram uma publicação muito interessante sobre eugenia. Mas nessa publicação eles utilizaram o termo “travestido”, no sentido de algo disfarçado de alguma coisa. E há uma militância dentro da comunidade não binária e da comunidade travesti e transsexual, onde eu me incluo, de lembrar que travesti não é verbo, é identidade. E que, por isso, não devem ser utilizadas palavras como travestido para se referir a coisas falsas, a coisas que se passam por outras, porque reforçam um estigma que marca a socialização de corpos trans e travestis. E um dos argumentos que a gente ouviu do CAD Fiocruz, quando a gente argumentou que seria importante retirar travesti do vocabulário, foi que é importante não utilizar as palavras num único sentido, e se existe uma utilização que é problemática, não quer dizer que outras utilizações serão, e que é uma palavra que está, inclusive, no dicionário e que, portanto, poderia ser utilizada.

Mas, a partir desses argumentos que Grada Kilomba compartilha com a gente, nós vamos perceber que não é porque está no dicionário que vai ser socialmente justo e que vai ser afeto à diversidade, porque a língua também está a serviço da ordem da colonização, da reprodução das opressões e que, por isso, precisa ser revista. É importante lembrar de Nêgo Bispo, quando ele “refletia sobre a força de dar nome às coisas. Lembrava que o vocabulário pode limitar ou ampliar a realidade, moldando nosso olhar sem que percebamos. Por isso dizia que é preciso enfraquecer as palavras que invalidam quem somos” (Arvoreagua, 2025).

(23) Este também é um trecho da palestra de Ivan Van Sertima no evento “*The Nile Valley Conference*” (A Conferência do Vale do Nilo), de 1985, (disponível na plataforma BlackFlix).

(24) James Small é professor pan-africanista e ativista.

(25) O filme-documentário “*Out of Darkness*” está disponível na plataforma BlackFlix.

(26) Durante live realizada pelo Colégio Equipe “Grada Kilomba – conversa sobre Memórias da Plantação”, disponível no YouTube.

Ele dizia, também, que “questionar o vocabulário é parte do trabalho de contra-colonizar, porque o colonialismo também vive na gramática do presente” (Tramas Coloniais, 2025).

Seria interessante ouvir uma resposta por parte do CAD Fiocruz, porque ficou um sentimento muito ruim, ainda mais quando a gente percebeu que esses nossos comentários desapareceram da postagem. Vocês vão encontrar a postagem, mas não vão mais encontrar os nossos comentários. Sendo a Fiocruz uma instituição parceira de organizações e grupos da comunidade LGBTQIAPN+, executora das políticas de saúde pública voltadas a essa comunidade, esse episódio soa como uma contradição. Seria importante que a Fiocruz também estabelecesse processos de letramento para a diversidade, principalmente para as pessoas que trabalham com comunicação científica.

Tudo isso mostra que os nossos desafios são muito grandes, mas existem brechas. Nós somos parte desse conjunto e toda a defesa que a gente faz da diversidade, eu acho que soma um ponto a essa autonomia que a gente quer construir. Ainda precisamos avançar, inclusive, no que se refere à representatividade, mas que esse não seja o nosso ponto final. Nós queremos autonomia e vamos lutar por isso.

Estudante: A disciplina de gênero é oferecida todo período?

Não, não é todo período. A gente se mobiliza para garantir que todas as disciplinas vão ser oferecidas pelo menos uma vez no ano. Essa disciplina de gênero a gente conseguiu oferecer no semestre passado e, então, muito provavelmente, vamos oferecer no próximo semestre, mas é garantido que ela aconteça pelo menos uma vez no ano. Eu trabalho mais com essa de gênero na perspectiva africana e indígena e com outra, que também é eletiva, aberta para quaisquer cursos, que é sobre tecnologias africanas, indígenas e diaspóricas. São as duas disciplinas que eu mais trabalho. Tem outras. Esse semestre, por exemplo, eu estou com uma disciplina chamada Tecnologia, Trabalho, Saúde e Cuidado, que busca relacionar esses quatro campos. E uma disciplina chamada Gestão Participativa. Já trabalhei, também, em uma sobre finanças solidárias. São essas que eu trabalho mais, mas que de fato eu ajudei a construir, inclusive a ementa, são essas três: tecnologia, trabalho, saúde e cuidado; tecnologias africanas, indígenas e diaspóricas; e gênero nas cosmopercepções africanas e indígenas, todas para os cursos de graduação.

Estudante: também abre turma à noite ou elas são no horário do integral?

Então, a gente ainda não conseguiu abrir turmas à noite. Era até uma coisa que foi demandada, quando a gente fez contato com o curso de DGEI, que é Defesa e Gestão Estratégica Internacional, que é o único curso que tem todas as nossas disciplinas no currículo. Eles pediram pra gente oferecer disciplinas no turno noturno e que fossem mais compatíveis com os horários deles, até para não dar choque de horário entre disciplinas. Mas depois que eu saí da Diretoria de Ensino, eu não cheguei a ter mais conversas sobre isso e também não avançamos muito nessa questão da oferta no turno noturno. As nossas disciplinas têm sido oferecidas somente nos turnos da manhã ou da tarde. De alguns períodos pra cá, como são disciplinas de 60 horas, nós temos preferido fazer em um único dia da semana, pegando as 4 horas de um turno. Então, geralmente, ocorrem das 8h ao meio-dia ou então das 13h às 17h.

Estudante: o que é abordado nessa disciplina sobre finanças?

Nós tentamos falar de finanças a partir dessa ideia de solidariedade (reciprocidade) e aí nós abordamos principalmente: economia popular, economia solidária, a história do dinheiro, os bancos comunitários, as moedas sociais, coisas desse tipo.

Estudante: e quando vai abrir turma?

Vai ter no próximo semestre, porque só teve no semestre passado. E é aberta, qualquer um de vocês pode participar, e serão muito bem-vindes.

Estudante: Professor, ainda sobre as questões de disciplina, eu gostaria de saber se o senhor teve um feedback dos alunos que fizeram a disciplina, se mudou a visão deles sobre as questões que foram trabalhadas, porque a gente geralmente chega muito montado pelas nossas experiências. Quando a gente chega nas disciplinas que vem com visões e abordagens diferentes das nossas, a gente sofre um impacto de processar esse autoconhecimento e depois ver como é que a gente pode aplicar ele na nossa vida. Eu gostaria de saber como é que o senhor trabalhou isso com eles e se o senhor teve algum retorno deles sobre isso.

A gente tem o retorno, mas responder essa pergunta com base nesse retorno, talvez, vai causar uma certa distorção, porque como são disciplinas eletivas, acaba ficando com a gente, geralmente, as pessoas ou que tenham mais tempo livre (porque são disciplinas que tem uma carga maior de leitura e a gente geralmente não dá prova, mas tem produções autorais que você vai ter que fazer ao longo do semestre e a carga das obrigatórias é muito puxada. Seria importante até revisar isso. Colegas das obrigatórias, nossos estudantes estão deixando de fazer eletivas porque estão super lotados e ocupados. Acho que a gente ainda tem que resolver essa questão), ou que já têm uma maior abertura e sensibilidade pra essa pauta. Nós ainda temos uma evasão muito grande. Nós começamos com turmas lotadas, 40 pessoas, e terminamos com 20 e eu acredito que um pouco dessa evasão se deve, justamente, pelo fato de algumas pessoas terem dificuldade de lidar com essa novidade, com isso que é tão diferente do que é preconizado pela ciência, pela tecnologia dessas matrizes civilizatórias do ocidente. Tenho observado, inclusive, o comportamento de alguns estudantes que, mesmo depois de terem frequentando todo o semestre com a gente, depois de encerrado o semestre, passam por mim pelo corredor e não me cumprimentam. Às vezes até viram o rosto. Claro, às vezes a gente anda pensando em muita coisa e pode ser que realmente não tenham me visto, mas isso se repete tantas vezes que eu acho que também pode ser intencional. Talvez sejam pessoas que não gostaram, não rolou essa identificação, por mais que um dos nossos princípios seja trabalhar a partir da empatia. Mas quem continua nas disciplinas e que a gente consegue manter o contato depois, a gente se cumprimenta nos corredores e é sempre um retorno muito bom, mas eu acho que isso não se refere à totalidade das pessoas que chegam a se inscrever, porque a gente ainda tem uma evasão muito grande.

Estudante: Nossa língua portuguesa, na sua visão, precisa ser revisada para o entendimento de todos ou só de uma base social? Digo, porque durante anos a nossa língua sofreu alteração vocabulária.

De geral, inclusive pra gente reconhecer, nesse processo de estudos da língua portuguesa, as variações que não são gírias, não são dialetos, mas que são línguas que existem nos territórios e

que são igualmente válidas, assim como é a norma de referência. É super importante, também, isso ser pensado no sentido mais geral até pra gente entender influências indígenas, influências africanas na formação do português brasileiro, não só no que se refere a nomes e palavras que são incluídas, como caçula, dengo, ou as palavras indígenas, como maracanã, por exemplo, mas também de estrutura, de acento. Essa nossa forma de falar diz muito a respeito de influências africanas e indígenas. Então, eu acho que esse exercício de revisão do português deve ser pensado não somente para uma classe, inclusive para a gente fugir dessa ideia de eruditismo, da norma referência como eruditismo ou como forma certa de expressão, até para a gente combater o que a gente chama de preconceito linguístico, além das outras formas de opressão que são reproduzidas a partir das construções linguísticas.

É isso que eu gostaria de compartilhar com vocês, de coisas que eu tenho muito orgulho de dizer, e que não fiz sozinho. Felizmente, depois da estruturação da SGAADA, que é a Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade, e também depois da institucionalização do NEABI, que é o Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas, tenho conseguido muito mais apoio institucional para tocar essas ações. Sou parte também do coletivo de docentes negros da UFRJ, que é um grupo de pessoas que se apoia muito; é importante ressaltar isso. E também as parcerias de fora, principalmente no que a gente conseguiu formar enquanto Coletyva. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho e muita satisfação e que mostra que está valendo a pena. Agradeço demais.

Gostaria de terminar com uma citação feita por Khonsu Nok (tradução nossa): “Um emprego não é poder. Um diploma não é poder. Dinheiro não é poder. Esses são apenas símbolos de poder EMPRESTADOS a você por alguém mais poderoso. Smai (unidade) é o único poder verdadeiro. Portanto, o maior poder reside na união entre irmãos, unidos à imagem compartilhada da divindade. Quando estávamos unidos como povo e divindade em nossa imagem racial familiar, foi quando governamos o mundo. É isso que deve ser feito novamente se os africanos esperam voltar a ser líderes mundiais”.

